**Demonstrações Contábeis**

**Agência Goiana de Gás Canalizado - Goiasgas**

31 de dezembro de 2020

com Relatório do Auditor Independente

 **Agência Goiana de Gás Canalizado – Goiasgas**

Demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2020

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis........................................ 1

Demonstrações contábeis

Balanço patrimonial........................................................................................................................... 4

Demonstração do resultado........................................................................................................... ....5

Demonstração do resultado abrangente....................................................................................... .....6

Demonstração das mutações do patrimônio líquido...................................................................... ....7

Demonstração do fluxo de caixa.................................................................................................. 8

Notas explicativas às demonstrações contábeis............................................................................. 9



|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|

|  |
| --- |
| Centro Empresarial Queiroz Galvão**Torre Cícero Dias**Rua Padre Carapuceiro, 858,8º andar, Boa Viagem51020-280 - Recife, PE, Brasil |
|  |

Tel: (55 81) 3201-4800Fax: (55 81) 3201-4819www.ey.com.br |
|  |

Tel: (5581) 3092-8300

Fax: (5581) 3092-8319

www.ey.com.br

**Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis**

Aos

Acionistas e Administradores da

**Agência Goiana de Gás Canalizado - Goiasgas**

Goiânia – GO

**Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis da Agência Goiana de Gás Canalizado - Goiasgas (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião

**Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Uma empresa-membro da Ernst & Young Global Limited



**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

* Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais
* Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
* Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
* Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
* Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo da apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos da auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Recife, 23 de fevereiro de 2021.

ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S.S.

CRC - 2SP 015199/O-6

Francisco da Silva Pimentel

Contador CRC-1SP 171230/O-7-T-PE

**Agência Goiana de Gás Canalizado - Goiasgas**

Balanço patrimonial

31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
|  | **Notas** | **2020** | **2019** |
| Ativo |  |  |  |
| Circulante  |  |  |  |
| Caixa e equivalentes de caixa | 3 | **406** | 619 |
| Tributos a recuperar | 4 | **5** | 6 |
| Outros créditos |  | **2** | 2 |
| Total do ativo circulante |  | **413** | 627 |
|  |  |  |  |
| Não circulante |  |  |  |
| Realizável a longo prazo |  |  |  |
|  Tributos a recuperar | 4 | **83** | 79 |
|  Outro créditos |  | **7** | 7 |
| Direito de uso | 5 | **54** | 74 |
| Imobilizado | 6 | **18** | 17 |
| Intangível | 7 | **62** | 74 |
| Total do ativo não circulante |  | **224** | 251 |
|  |  |  |  |
| Total do ativo |  | **637** | 878 |

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| Passivo |  |  |  |
| Circulante |  |  |  |
| Fornecedores | 8 | **7** | 32 |
| Obrigações por arrendamentos | 9 | **30** | 25 |
| Obrigações sociais a recolher |  | **11** | 9 |
| Tributos a recolher |  | **9** | 8 |
| Parcelamento de tributos | 10 | **17** | 21 |
| Outras contas a pagar |  | **1** | - |
| Total do passivo circulante |  | **75** | 95 |
|  |  |  |  |
| Não circulante |  |  |  |
|  Obrigações por arrendamentos | 9 | **29** | 53 |
| Parcelamento de tributos | 10 | **21** | 38 |
| Total do passivo não circulante |  | **50** | 91 |
|  |  |  |  |
| Patrimônio líquido  | 11 |  |  |
| Capital social |  | **6.895** | 5.800 |
| Reserva de capital |  | **733** | 733 |
| Prejuízos acumulados |  | **(7.116)** | (6.621) |
| Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto) |  | **512** | (88) |
|  Adiantamento para futuro aumento de capital |  | **-** | 780 |
| Total do patrimônio líquido e adiantamento para futuro aumento de capital |  | **512** | 692 |
|  |  |  |  |
| Total do passivo e do patrimônio líquido |  | **637** | 878 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Agência Goiana de Gás Canalizado - Goiasgas**

Demonstração do resultado

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
|  | **Notas** | **2020** | **2019** |
|  |  |  |  |
| Despesas operacionais:  |  |  |  |
|  Gerais e administrativas | 12 | **(502)** | (522) |
|  |  | **(502)** | (522) |
|  |  |  |  |
| Prejuízo antes do resultado financeiro |  | **(502)** | (522) |
|  |  |  |  |
| Resultado financeiro |  |  |  |
|  Receitas financeiras | 13 | **12** | 17 |
|  Despesas financeiras | 13 | **(5)** | (8) |
|  |  | **7** | 9 |
|  |  |  |  |
| Prejuízo do exercício |  | **(495)** | (513) |
|  |  |  |  |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Agência Goiana de Gás Canalizado - Goiasgas**

Demonstração do resultado abrangente

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  | **2020** | **2019** |
|  |  |  |
| Prejuízo do exercício | **(495)** | (513) |
|  |  |  |
| Outros resultados abrangentes | **-** | - |
|  |  |  |
| Total do resultado abrangente | **(495)** | (513) |
|  |  |  |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Agência Goiana de Gás Canalizado - Goiasgas**

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  | **Capital social** | **Reserva de capital** | **Prejuízos acumulados** | **Subtotal** | **Adiantamento para futuro aumento de capital** | **Total** |
|  |   |   |   |  |  |   |
| Saldos em 31 de dezembro de 2018 | 5.713 | 733 | (6.108) | 338 | - | 338 |
|  |  |  |  |  |  |  |
| Aumento de capital  | 87 | - | - | 87 | - | 87 |
| Adiantamento para futuro aumento de capital  | - | - | - | - | 780 | 780 |
| Prejuízo do exercício | - | - | (513) | (513) | - | (513) |
|   |  |  |  |  |  |  |
| Saldos em 31 de dezembro de 2019 | 5.800 | 733 | (6.621) | (88) | 780 | 692 |
|  |  |  |  |  |  |  |
| Adiantamento para futuro aumento de capital (Nota 11) | **-** | **-** | **-** | **-** | **315** | **315** |
| Aumento de capital (Nota 11) | **1.095** | **-** | **-** | **1.095** | **(1.095)** | **-** |
| Prejuízo do exercício | **-** | **-** | **(495)** | **(495)** | **-** | **(495)** |
|   |  |  |  |  |  |  |
| Saldos em 31 de dezembro de 2020 | **6.895** | **733** | **(7.116)** | **512** | **-** | **512** |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Agência Goiana de Gás Canalizado - Goiasgas**

Demonstração do fluxo de caixa

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  | **2020** | **2019** |
|  |  |  |
| Fluxo de caixa das atividades operacionais |  |  |
| Prejuízo do exercício | **(495)** | (513) |
| Ajustes de valores para reconciliar o resultado ao caixa e equivalentes de caixa  |  |  |
|  gerados pelas atividades operacionais: |
| Depreciação e amortização | **8** | 10 |
| Amortização do direito de uso | **25** | 26 |
| Baixa do intangível | **12** | - |
| Juros e variações monetárias, líquidas | **7** | 8 |
|  |  |  |
| (Acréscimo) decréscimo dos ativos operacionais |  |  |
| Contas a receber | **-** | 49 |
| Tributos a recuperar | **(3)** | (8) |
|  | **(3)** | (428) |
| Acréscimo (decréscimo) dos passivos operacionais |  |  |
| Fornecedores | **(25)** | (19) |
| Obrigações sociais a recolher | **2** | - |
| Tributos a recolher | **-** | (4) |
| Parcelamento de tributos | **(23)** | (27) |
| Outros passivos | **1** | - |
|  | **(45)** | (50) |
| Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais | **(491)** | (478) |
|  |  |  |
| Fluxos de caixa das atividades de investimento |  |  |
|  Aquisições do ativo imobilizado | **(6)** | (3) |
|  Aquisições do ativo intangível | **(3)** | (1) |
| Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento  | **(9)** | (4) |
|  |  |  |
| Fluxos de caixa das atividades de financiamento |  |  |
|  Pagamentos de arrendamentos | **(28)** | (29) |
|  Adiantamento para futuro aumento de capital | **-** | 780 |
|  Aumento de capital social | **315** | 87 |
| Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento  | **287** | 838 |
|  |  |  |
| Acréscimo (decréscimo) de caixa e equivalentes de caixa | **(213)** | 356 |
|  |  |  |
| Caixa e equivalentes de caixa |  |  |
| No início do exercício | **619** | 262 |
| No final do exercício | **406** | 619 |
|  Acréscimo (decréscimo) de caixa e equivalentes de caixa | **(213)** | 356 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. **Informações sobre a Companhia**

A Agência Goiana de Gás Canalizado S.A. – Goiasgas (“Companhia”) foi constituída em 24 de julho de 2001, com autorização da Lei Estadual nº 13.641, de 9 de junho de 2000, e tem por objeto social a exploração dos serviços de gás canalizado, entendendo-se como tal a distribuição e comercialização de gás natural e de outras origens, utilizando para a prestação desses serviços as vias terrestres e fluviais, além de outras atividades correlatas, necessárias para a distribuição do gás em todo o segmento consumidor, seja como combustível, matéria-prima, petroquímica, fertilizante ou como oxirredutor siderúrgico, seja para geração termelétrica ou outras finalidades e usos possibilitados pelos avanços tecnológicos. A Companhia poderá também efetuar a implantação e a operação das redes de distribuição de gás canalizado, podendo ainda adquirir e importar diretamente gás natural e executar os serviços de transporte, além de exercer atividades correlatas à sua finalidade principal, especialmente execução de estudos, pesquisas e projetos relacionados com o setor de gás, inclusive, sob a forma de prestação de serviços de consultoria técnica a terceiros, e participar do capital de outras sociedades, visando ao êxito na realização de suas atividades.

 A concessão da exploração tem prazo de vigência até 12 de setembro de 2031, podendo ser prorrogado por mais 30 anos.

 A Companhia entrou em operação em 29 de novembro de 2006, por meio do suprimento de Gás Natural Liquefeito - GNL, proveniente da cidade de Paulínia, no Estado de São Paulo, para o Estado de Goiás, e a sua distribuição a partir da celebração de contratos de compra e venda com seus distribuidores no Brasil. Para que a sua operação seja similar à de outras Companhias distribuidoras de gás canalizado no Brasil, faz-se necessária a viabilização de um suprimento adequado às necessidades do Estado de Goiás por meio de um gasoduto de transporte de gás natural. Até que o projeto seja concluído, os acionistas proverão os recursos necessários para a manutenção da operação.

 O contrato de compra e venda de Gás Natural Liquefeito – GNL junto a GNL Ltda. e Petrobrás Distribuidora S.A, respectivamente, foi encerrado em 1º de dezembro de 2018, não havendo renovação até o momento. Com isso, todo o GNL que estava estocado em dezembro 2018 foi vendido.

 A Goiasgás está envidando todos os esforços como forma de retomar, o mais breve possível, a distribuição de gás natural canalizado para o Estado de Goiás. Os acionistas controladores garantem o suporte financeiro da Companhia até a retomada de suas operações.

1. **Apresentação das demonstrações contábeis e sumário das práticas contábeis**

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC como Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC).

###### As demonstrações contábeis da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram autorizadas para emissão de acordo com a resolução dos membros da Diretoria em 23 de fevereiro de 2021.

2.1. Apuração do resultado

As receitas e despesas são contabilizadas pelo regime de competência.

2.2. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

O principal ativo financeiro reconhecido pela Companhia é o caixa e equivalentes de caixa

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são as contas a pagar a fornecedores e as obrigações por arrendamentos.

######  2.3. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento normalmente se qualifica como equivalentes de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

**2. Apresentação das demonstrações contábeis e sumário das práticas contábeis**--Continuação

2.4. Tributos

A Companhia está enquadrada no regime de tributação do “Lucro Real”. Tendo em vista a apresentação de prejuízo, a Companhia não reconheceu no período despesas com imposto de renda e contribuição social.

2.5. Outros ativos e passivos

 Um ativo é reconhecido no Balanço quando se trata de recurso controlado pela Companhia decorrente de eventos passados e do qual se espera que resultem em benefícios econômicos futuros.

 Um passivo é reconhecido no Balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

2.6. Intangível

 Compreende o direito de uso da infraestrutura, construída pela concessionária como parte do contrato de concessão do serviço público de gás combustível canalizado (direito de cobrar dos usuários do serviço público por ela prestado).

 Os direitos de concessão estão avaliados ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

 A Administração da Companhia decidiu por amortizar linearmente o ativo intangível até o final da concessão de acordo com o item 42 da orientação técnica OCPC 05 – Contratos de Concessão.

2.7. CPC 06 (R2) – Arrendamentos

A Companhia possui contrato de arrendamento do imóvel relativo a sala comercial onde está instalada a sua sede. O referido contrato atende ao escopo deste pronunciamento. Os efeitos do registro do ativo de direito de uso do imóvel e das obrigações por arrendamento estão sendo apresentados nessas demonstrações contábeis.

**2. Apresentação das demonstrações contábeis e sumário das práticas contábeis**--Continuação

* 1. Provisões

Provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado; (ii) é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação; e (iii) uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

A despesa relativa ao reconhecimento de qualquer provisão é apresentada na Demonstração do Resultado do período.

2.9. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

*Julgamentos*

A preparação das demonstrações contábeis requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

*Estimativas e premissas*

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do Balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício social, são discutidas a seguir.

*Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros*

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso.

*Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas*

A Companhia não possui contingências cuja avaliação das expectativas de perdas de seus assessores jurídicos seja “provável”. Assim, nenhuma provisão para perdas foi constituída em 2020 e 2019.

1. **Apresentação das demonstrações contábeis e sumário das práticas contábeis**--Continuação
	1. Novos pronunciamentos contábeis

Não há normas ou interpretações que entraram em vigor em 2020 que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

# **Caixa e equivalentes de caixa**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  | **2020** | **2019** |
|   |  |  |
| Caixa e bancos | **1** | 2 |
| Aplicações financeiras | **405** | 617 |
| Total | **406** | 619 |

As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósito Bancário - CDBs no Banco do Brasil S.A., remuneradas pela variação média de 89% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

# **Tributos a recuperar**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  | **2020** | **2019** |
|   |  |  |
| Impostos Retido na Fonte – IRRF | **88** | 85 |
|  | **88** | 85 |
| Circulante | **(5)** | (6) |
| Não circulante | **83** | 79 |
|  |  |  |

1. **Direito de uso**

Desde 1º de janeiro de 2019, a Companhia adotou a NBC TG 06 (R3) – Arrendamentos emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), que aprovou o CPC06 (R2), que estabelece critérios para registro de contratos de arrendamento, para os novos contratos e demais contratos não abrangidos pela norma anterior, em uma abordagem de transição simplificada, que consiste em não apresentar os saldos comparativos para o ano anterior.

O contrato elegível pela Companhia para adoção do CPC 06 (R2) refere-se ao aluguel do imóvel onde funciona a sede administrativa da Companhia

Para esse contrato de arrendamento, a Companhia reconheceu o ativo de direito de uso pelos passivos de arrendamento, conforme segue:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
|  | **Taxa média anual de amortização** | **Saldo em 31/12/2019** | **Adições** | **Saldo em 31/12/2020** |
|  |  |  |  |  |
| Direito de uso de imóveis | 25,5% | 100 | **5** | **105** |
| (-) Amortização |  | (26) | **(25)** | **(51)** |
|  |  | 74 | **(20)** | **54** |

1. **Imobilizado**

A movimentação do saldo do imobilizado está demonstrada a seguir:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Descrição**  | **Taxa média anual de depreciação** | **Saldo em 31/12/2019** | **Adições** | **Saldo em 31/12/2020** |
| Custo contábil |  |  |
| Movéis e utensílios  | 10% | 4 | **3** | **7** |
| Máquinas e equipamentos | 10% | 7 | **-** | **7** |
| Computadores  | 20% | 14 | **3** | **17** |
| Instalação | 20% | 14 | **-** | **14** |
| Total do custo |  | 39 | **6** | **45** |
| Total da depreciação acumulada |  | (22) | **(5)** | **(27)** |
| Total liquido |  | 17 | **1** | **18** |
|  |  |  |  |  |

# **Intangível**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
|  |  | **2020** | **2019** |
| **Descrição do intangível** | **Prazo de****amortização** | **Custo** | **Amortização** | **Saldo**  | **Saldo** |
|  |  |  |  |
| Concessão | 30 anos | **90** | **(31)** | **59** | 73 |
| Desenvolvimento de projetos |  | **3** | **-** | **3** | - |
| Marcas e patentes |  | **-** | **-** | **-** | 1 |
|  |  | **93** | **(31)** | **62** | 74 |

A seguir está apresentada a movimentação do ativo intangível:

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  | **Saldos em** |  |  |  | **Saldos em** |
| **Descrição** | **31/12/2019** | **Adições** | **Baixas** | **Amortização** | **31/12/2020** |
|  |  |  |  |  |  |
| Concessão | 73 | **-** | **(11)** | **(3)** | **58** |
| Desenvolvimento de projetos | - | **3** | **-** | **-** | **3** |
| Marcas e patentes | 1 | **-** | **(1)** | **-** | **-** |
|  | 74 | **3** | **(12)** | **(3)** | **62** |

O Contrato de Concessão para Exploração dos Serviços Públicos de Gás Combustível Canalizado, celebrado em 12 de setembro de 2001 entre o Estado de Goiás (Poder Concedente) e a Companhia (Concessionária), regulamenta a exploração dos serviços públicos de distribuição de gás canalizado pela Companhia, em que:

* O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar e para quem os serviços devem ser prestados.
* Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao Poder Concedente mediante pagamento de uma indenização.
* O preço é regulado por meio de mecanismo de tarifa estabelecido no contrato de concessão com base em fórmulas paramétricas, bem como são definidas as modalidades de revisões tarifárias, que devem ser suficientes para cobrir os custos, a amortização dos investimentos e a remuneração pelo capital investido.

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de distribuição de gás canalizado da Companhia, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da interpretação técnica ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos aos seus operadores, com o objetivo de refletir o negócio de distribuição de gás canalizado, abrangendo o ativo intangível em virtude de a sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, nesse caso, do consumo de gás canalizado pelos consumidores.

# **Intangível**--Continuação

A infraestrutura construída da atividade de distribuição que estava originalmente representada pelo ativo imobilizado da Companhia é recuperada por meio de dois fluxos de caixa, a saber: (a) parte por meio do consumo de gás canalizado pelos consumidores (emissão do faturamento mensal da medição de consumo de gás) durante o prazo da concessão; e (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo de concessão, será recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

Essa indenização será efetuada com base no saldo dos bens não depreciados ao término do prazo da concessão.

# **Fornecedores**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  | **2020** | **2019** |
|  |  |  |
| GNL - Gemini Comercialização e Logística de Gás Ltda. (Nota 11) | **-** | 24 |
| Outros  | **7** | 8 |
|  | **7** | 32 |

# **Obrigações por arrendamentos**

Desde 1º de janeiro de 2019, a Companhia adotou a NBC TG 06 (R3) – Arrendamentos emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) que aprovou o CPC 06 (R2), que estabelece critérios para registro de contratos de arrendamento, para os demais contratos não abrangidos pela norma anterior, em uma abordagem de transição simplificada, que consiste em não apresentar os saldos comparativos para o ano anterior.

Em 31 de dezembro de 2020, o prazo de vigência do contrato é de cinco anos, iniciados em 31 de novembro de 2020, podendo ser renovado automaticamente por mais um ano, expressamente convencionado entre as partes, com pagamentos mensais e fixos sendo atualizados anualmente pelos índices IGP-M, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas ou qualquer índice que vier a substituí-lo. Não existem restrições ou cláusulas que dependam dos resultados ou distribuição de dividendos pela Companhia.

O contrato foi considerado, no julgamento da Companhia, como arrendamento essencialmente se ele transmite o direito de controlar o uso de ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. O valor presente do contrato foi calculado por taxas equivalentes à do custo de captação de empréstimos e financiamentos para obtenção de imóveis junto a instituições financeiras

# **Obrigações por arrendamentos**--Continuação

O vencimento dos pagamentos do arrendamento do imóvel descrito acima, está descrito a seguir:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  | **2020** | **2019** |
|  |  |  |
| Circulante |  |  |
| Até um ano | **30** | 25 |
|  | **30** | 25 |
| Não circulante |  |  |
| Entre um e dois anos | **29** | 53 |
|  | **29** | 53 |
|  |  |  |
| Total | **59** | 78 |
|  |  |  |

A movimentação das obrigações por arrendamentos está assim representada:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  | **2020** | **2019** |
|  |  |  |
| Saldo inicial  | **78** | - |
|  Reconhecimento inicial CPC 06 (R2) | **-** | 100 |
|  Adição | **5** | - |
|  Juros | **4** | 7 |
|  Pagamento anual | **(28)** | (29) |
| Saldo final  | **59** | 78 |

# **Parcelamento de tributos**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  | **2020** | **2019** |
|  |  |  |
| IRPJ/CSLL (i) | **34** | 48 |
| IRPJ (ii) | **4** | 9 |
| CSLL (ii) | **-** | 2 |
|  | **38** | 59 |
| Circulante | **(17)** | (21) |
| Não circulante | **21** | 38 |

A Companhia possuía processos administrativos junto à Receita Federal do Brasil – RFB relativos a compensações não homologadas dos exercícios de 2003, 2004 e 2005, cujo indeferimento ocorreu em julho de 2018, no montante de R$ 110. Este montante foi incluído em parcelamento ordinário, o qual vem sendo amortizado pela Companhia da seguinte forma: (i) 60 parcelas mensais para IRPJ/CSLL; e (ii) 32 parcelas mensais para IRPJ e 16 parcelas mensais para CSLL, este último quitado em 2020.

# **Parcelamento de tributos**--Continuação

As parcelas vencíveis no longo prazo apresentam o seguinte cronograma de vencimento:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Ano** | **2020** | **2019** |
|  |  |  |
| 2021 | **-** | 17 |
| 2022 | **14** | 14 |
| 2023 | **7** | 7 |
|  | **21** | 38 |
|  |  |  |

A movimentação dos saldos dos parcelamentos de tributos está demonstrada a seguir:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  | **31/12/2020** | **31/12/2019** |
|  |  |  |
| Saldo inicial | **59** | 84 |
| Amortizações | **(23)** | (27) |
| Atualização monetária | **2** | 2 |
| Saldos finais | **38** | 59 |

# **Patrimônio líquido**

1. Capital social

Em 04 de dezembro de 2020, foi aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia, novo aumento de capital social, no montante de R$ 1.390, mediante a subscrição de 1.390.008 novas ações, sendo 463.336 ações ordinárias nominativas e 926.672 ações preferenciais nominativas, todas sem valor nominal, pelo preço de emissão R$ 1,00 cada. Os acionistas integralizaram R$ 1.095, por meio de capitalização do saldo de AFAC (Adiantamento para Futuro Aumento de Capital).

Em 31 de dezembro de 2020, o capital social subscrito é de R$ 7.390 (2019: R$ 6.000), dividido em 7.390.008 (2019: 6.000.000) ações ordinárias e preferenciais no valor unitário de R$ 1,00 cada, pertencentes a Governo do Estado de Goiás, Termogás S.A., Petrobrás Gás S.A. – Gaspetro, Companhia Sulamericana de Montagens S.A., Goiás Construção e Comércio Ltda., GAE Construções Ltda., Sobrado Construções Ltda. e GOIARTE – Goiás Artefatos de Cimentos Ltda.

O capital integralizado é de R$ 6.895 em 31 de dezembro de 2020 (2019: R$ 5.800).

# **11. Patrimônio líquido**--Continuação

1. Capital social

Cada ação ordinária terá o direito a um voto nas deliberações das assembleias gerais de acionistas. As ações preferenciais não terão direito a voto e gozarão cumulativamente das seguintes vantagens:

* Prioridade de recebimento do dividendo mínimo obrigatório, cumulativo, de 75% do lucro líquido ajustado, bem como na distribuição de dividendo mínimo de 4%, calculado sobre a parte do capital representada por essa espécie de ações, participando em igualdade de condições com as ações ordinárias, na distribuição de dividendos, quando superiores ao percentual mínimo assegurado.
* Prioridade no reembolso de capital, sem prêmio, em caso de dissolução da Companhia.
* Participação, em igualdade de condições, com as ações ordinárias nos dividendos distribuídos em virtude de lucros remanescentes.
* Em caso de liquidação da Companhia, os dividendos cumulativos poderão ser pagos à conta do seu capital social.
1. Distribuição de dividendos

O Estatuto Social da Companhia prevê a seguinte destinação para os lucros líquidos auferidos em cada exercício social:

* 5% para constituição de reserva legal, a qual não poderá ultrapassar 20% do valor do capital social.
* 75% do lucro líquido ajustado em termos da Lei, a título de dividendo mínimo obrigatório.
* A assembleia geral determinará a destinação do saldo remanescente do lucro líquido do exercício, se houver.

# **12. Despesas por função e natureza**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  | **2020** | **2019** |
| Por função:  |  |   |
| Despesas gerais e administrativas | **(502)** | (522) |
|  | **(502)** | (522) |
| Por natureza:  |  |  |
| Matéria-prima | **-** | - |
| Depreciação e amortização | **(8)** | (10) |
| Amortização do direito de uso | **(25)** | (26) |
| Prestação de serviços profissionais | **(144)** | (171) |
| Despesas com pessoal | **(252)** | (215) |
| Condomínio | **(9)** | (9) |
| Telefone e energia elétrica | **(3)** | (5) |
| Despesas com viagens | **(6)** | (25) |
| Outras despesas | **(55)** | (61) |
|  | **(502)** | (522) |
|   |  |   |

# **13. Resultado financeiro**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  | **2020** | **2019** |
|   |  |  |
| Receitas financeiras |  |  |
| Rendimentos sobre aplicação financeira | **11** | 15 |
| Atualização de créditos tributários | **1** | 2 |
|  | **12** | 17 |
|  |  |  |
| Despesas financeiras |  |  |
| Comissão e despesas bancárias | **(1)** | - |
| Juros sobre arrendamentos - AVP | **(4)** | - |
| Juros e multas sobre obrigações fiscais e sociais | **-** | (8) |
|  | **(5)** | (8) |
|  | **7** | 9 |

# **14. Royalties a pagar**

De acordo com o contrato de concessão e legislação correlata, a Companhia é obrigada a pagar, ao Estado de Goiás, royalties equivalentes a 3% do lucro bruto mensal.

# **15. Instrumentos financeiros**

1. Considerações gerais

No curso normal de suas operações, a Companhia está exposta a riscos de mercado – taxa de juros e risco de liquidez. O Conselho de Administração e a Diretoria Executiva determinam as estratégias a serem adotadas a cada circunstância e riscos inerentes.

1. Gestão do risco da taxa de juros

Este risco decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta das flutuações nas taxas de juros. A Companhia possui aplicações financeiras expostas a taxas de juros flutuantes vinculadas à variação do CDI, conforme detalhado na Nota 3.

1. Gestão do risco de liquidez

A responsabilidade pelo gerenciamento do risco de liquidez é do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva, que elaboraram um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos.

1. Valor de mercado dos instrumentos financeiros

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros referentes aos ativos e passivos da Companhia equivalem, em 31 de dezembro de 2020 e 2019, aproximadamente, aos seus valores de mercado e estão devidamente apresentados. Os efeitos de ganhos e perdas são reconhecidos no resultado à medida que são auferidos e incorridos.

1. Derivativos

A Companhia não participou de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

# **16. Cobertura de seguros**

A Companhia mantém política de contratar cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos para as suas instalações e os bens relacionados, em montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais perdas com sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

A cobertura dos contratos de seguro está evidenciada abaixo:

|  |  |
| --- | --- |
| **Riscos** | **Valor da** **cobertura – R$** |
|   |  |
| Incêndio/raio/explosão | 400.000 |
| Derrame chuveiros automáticos Sprinklers | 50.000 |
| Danos elétricos | 30.000 |
| Despesas fixas | 40.000 |
| Responsabilidade civil | 50.000 |
| Roubo de bens | 30.000 |